



Tribunal Regional do Trabalho

16.^a Região

"Minha terra tem palmeiras,

Onde canta o Sabiá,

As aves, que aqui gorjeiam,

Não gorjeiam como lá.

Concurso Público
Nível Superior

Nosso céu tem mais estrelas,

Nossas várzeas têm mais flores,

Nossos bosques têm mais vida,

"Nossa vida mais amores.

Analista Judiciário

Área: Judiciária

Especialidade: Execução de Mandados

Em cismar, sozinho, à noite,

Mais prazer encontro eu lá.

Minha terra tem palmeiras,

Onde canta o Sabiá.

Cargo **9**

Caderno

Gonçalves Dias

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Gonçalves Dias — coincide com o nome que está registrado no cabeçalho de sua folha de rascunho, à direita, e se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **26/7/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília, e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/trt162005.
- II **27 e 28/7/2005** — Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **26/8/2005** — Resultados finais das provas objetivas e convocação para a prova prática de digitação: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 1/2005 — TRT/16.^a REGIÃO, de 4/3/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Grande Oportunidade para Realizar Sonhos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Células que dormem

1 Um dos grandes entraves biológicos à conquista do
 espaço são as viagens longas demais. Biólogos norte-
 americanos anunciaram na semana passada os resultados de
 4 uma pesquisa que pode resolver esse problema. Eles
 colocaram ratos em estado de animação suspensa, um tipo de
 hibernação no qual o organismo passa a funcionar de forma
 7 tão lenta que a necessidade de oxigênio das células se reduz
 drasticamente. A temperatura interna cai e as funções vitais
 se reduzem a um ritmo mínimo, levando a um estado de sono
 10 profundo, semelhante ao coma.

As aplicações dessa técnica em seres humanos
 prometem revolucionar a medicina em várias frentes. Em
 13 tese, seria possível combater o câncer com maior eficiência,
 fazendo que as células sadias vizinhas dos tumores resistam
 a doses mais altas de radiação. A hibernação pode também
 16 ajudar a evitar os danos causados por infartos e derrames
 cerebrais e a acelerar a cicatrização das feridas em diabéticos,
 reduzindo os riscos de amputação. Na exploração do espaço,
 19 a animação suspensa facilitaria o envio de missões tripuladas
 a planetas distantes como Júpiter e Saturno. Em viagens como
 essas, com duração maior do que sete anos, os astronautas
 22 passariam boa parte do tempo dormindo. Eles não
 precisariam de comida nem de água e não se submeteriam
 ao enorme *stress* psicológico causado pelo interminável
 25 confinamento.

Colocar seres humanos para hibernar não é fantasia do
 cinema. Há registros de dezenas de pessoas que, devido a
 28 acidentes, foram congeladas até o ponto de não mais respirar
 e sobreviveram. Entender a ligação entre esses casos e a
 técnica de indução à animação suspensa é um dos desafios de
 31 biólogos e cientistas contemporâneos.

Veja, 27/4/2005, p.106 (com adaptações).

Com relação às idéias do texto acima e às estruturas gramaticais nele utilizadas, julgue os itens a seguir.

- 1 Processos de hibernação nunca foram registrados nos seres humanos além dos limites da ficção cinematográfica.
- 2 O texto trata de uma pesquisa em que o desenvolvimento de uma única técnica inovadora pode servir a dois propósitos distintos: a saúde e as conquistas espaciais.
- 3 O título “Células que dormem” é retomado no texto pelas expressões “animação suspensa” (l.5), “hibernação” (l.6) e “ritmo mínimo” (l.9).

- 4 A oração “que a necessidade de oxigênio das células se reduz drasticamente” (l.7-8) expressa uma conseqüência em relação à oração anterior.
- 5 As expressões verbais “levando” (l.9), “fazendo” (l.14) e “reduzindo” (l.18) podem ser substituídas, respectivamente, pelas estruturas alternativas **o que leva, o que faz e o que reduz**, sem comprometer o sentido das orações em que ocorrem.
- 6 O uso da expressão “Em tese” (l.12-13) indica que a técnica de hibernação ainda se encontra em um nível teórico, sem ter sido testada de fato na cura de doenças crônicas como o câncer.
- 7 Na passagem “resistam a doses mais altas” (l.14-15), a ausência de crase no “a” se deve ao fato de o verbo **resistir** não exigir preposição.
- 8 A palavra “*stress*” (l.24) está destacada, pois trata-se de um estrangeirismo e sua grafia não está registrada de acordo com as normas ortográficas da língua portuguesa.

Suponha que um grupo de cientistas deseje enviar os resultados de uma pesquisa para apreciação das instituições patrocinadoras e, para tanto, redija o documento seguinte.

Washington, 23 de abril de 2005.

Do Coordenador do Projeto Hibernação
 Ao Sr. Patrocinador

Senhor Patrocinador,

Encaminho a Vossa Senhoria os resultados parciais do Projeto Hibernação desenvolvido por este núcleo de pesquisa para sua devida apreciação.

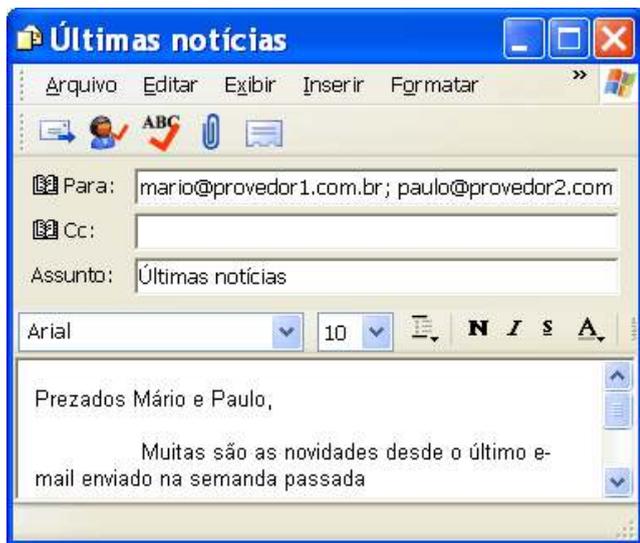
Aguardo manifestação por parte dessa instituição e coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,

Fulano de Tal

Com relação à correspondência oficial acima, julgue os itens que se seguem.

- 9 O uso da expressão “Cordialmente” está inadequado, pois o contexto exige um fechamento mais formal.
- 10 O texto é um ofício, tipo de comunicação adequada ao encaminhamento de documentos entre instituições.



Com relação à janela do Outlook Express 6 (OE6) ilustrada acima, julgue os itens seguintes, considerando que a mensagem de correio eletrônico mostrada na janela esteja em processo de edição, em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows XP Professional.

- 11 Caso o botão  seja clicado, será iniciado processo de envio da mensagem de correio eletrônico que está sendo editada aos destinatários de endereços eletrônicos mario@provedor1.com.br e paulo@provedor2.com.
- 12 O erro de grafia presente em “semanda”, no texto da mensagem de correio eletrônico mostrado, pode ser encontrado com o auxílio do botão .

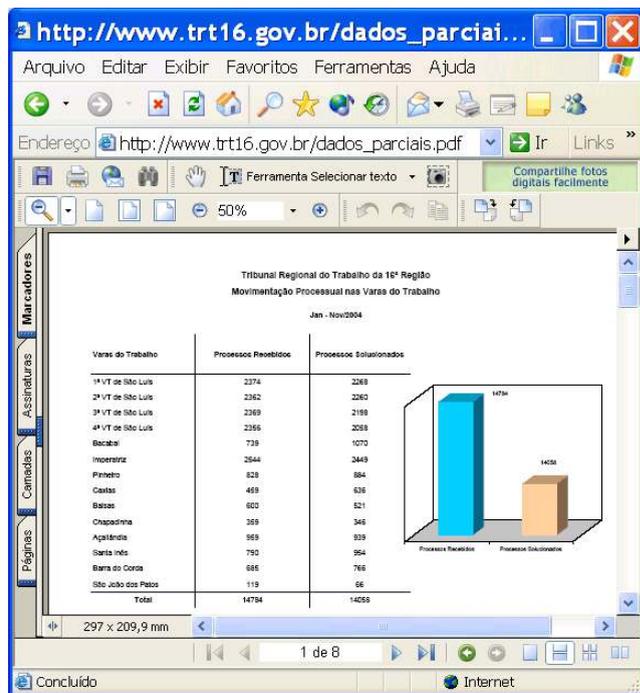


Julgue os itens a seguir, considerando a figura acima, que mostra parte de uma janela do Word 2000.

- 13 Por meio de opção encontrada no menu , é possível pesquisar na Internet páginas *web* relacionadas a determinada palavra selecionada no documento. Para isso, é necessário que o computador em uso tenha uma conexão do tipo ADSL.
- 14 As opções encontradas no menu  incluem as mostradas a seguir.
- A Fonte...

¶ Parágrafo...

☰ Marcadores e numeração...
- 15 Caso se deseje abrir documento do Word armazenado em disquete ou no disco rígido do computador em uso, é possível fazê-lo por meio de opção encontrada no menu .

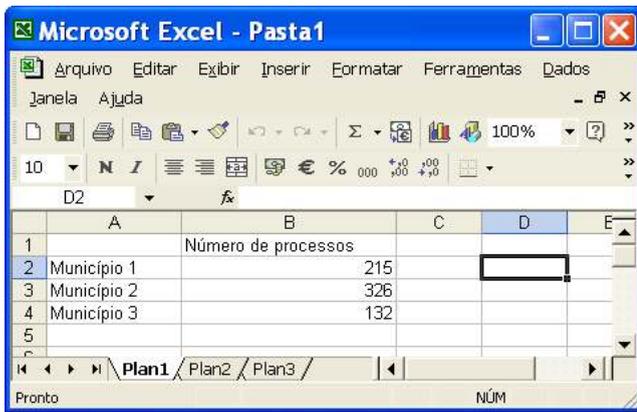


Considere que a janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada acima esteja em execução em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows XP Professional. Julgue o próximo item, considerando ainda a página *web* mostrada na janela do IE6.

- 16 Para visualizar o conteúdo da página *web* apresentada que não está sendo mostrado pelo fato de o tamanho da janela do IE6 não estar adequadamente ajustado, o IE6 disponibiliza ao usuário os recursos das barras de rolagem horizontal e vertical e o botão . Caso esse botão seja clicado, será possível ao usuário, ao mover o ponteiro do *mouse* sobre a área de páginas do IE6, posicionar a parte que se deseja visualizar da página *web* que está sendo visitada na região adequada da janela do IE6.

Com relação ao Windows XP Professional, julgue os itens subsequentes.

- 17 Como atualmente o Microsoft Office XP já é parte integrante do Windows XP Professional, esta versão do Windows não contém o acessório denominado Bloco de notas.
- 18 Caso haja uma janela do Word 2002, uma do Excel 2002 e uma do PowerPoint 2002 abertas, e a janela do Word esteja em primeiro plano, para se fazer que outra janela passe para o primeiro plano, é suficiente pressionar e manter pressionada a tecla , e, em seguida, pressionar a tecla .



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002 contendo uma planilha em processo de edição. Com relação a essa janela e ao Excel 2002, julgue os itens a seguir.

- 19 Para se mover os conteúdos das células A2, A3 e A4 para, respectivamente, as células D3, D4 e D5, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: posicionar o ponteiro do *mouse* sobre o centro célula A2; pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; posicionar o ponteiro do *mouse* no centro da célula A4; liberar o botão esquerdo do *mouse*; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **X**; liberar a tecla **Ctrl**; clicar a célula D3; clicar .
- 20 Sabendo que as células A2 e B1 não estão formatadas como negrito, para se aplicar negrito aos conteúdos dessas células, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula A2; clicar **N**; clicar ; clicar a célula B1.

Que o Brasil é um país desigual já se sabe. Mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou uma nova faceta do problema: em 2002, nove cidades concentravam 25% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Dos 5.600 municípios, 70 respondiam por metade de todos os bens e serviços produzidos no país. Nessas cidades, morava um terço da população brasileira. Em situação inversa, 1.272 cidades contribuía com só 1% do PIB, segundo a inédita publicação **Produto Interno Bruto dos Municípios (1999-2002)**.

As nove cidades com os maiores índices de PIB têm, juntas, apenas 14,7% dos habitantes do país. Segundo especialistas, essa concentração de poder econômico é reflexo direto do nível de industrialização. Os dados mostram que houve pequena desconcentração do PIB municipal. Em 1999, as sete cidades que respondiam por 25% da produção nacional eram capitais. Em 2002, Porto Alegre perdeu posição e cidades como Duque de Caxias – RJ, São José dos Campos – SP e Guarulhos – SP ingressaram no grupo de municípios com maior PIB. Há quem afirme ter ocorrido a “chamada desconcentração concentrada”. Ou seja: as atividades econômicas saem das maiores cidades e migram para locais do interior próximos e com boa rede de infra-estrutura e serviços.

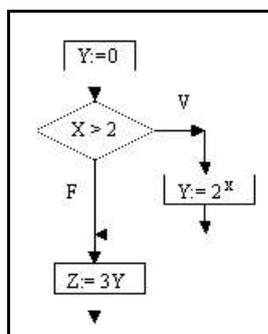
Folha de S. Paulo, 4/5/2005, p. B1 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema que ele focaliza, julgue os itens de 21 a 30.

- 21 Integralmente construída e em plena operação, a Ferrovia Norte-Sul já desempenha o papel que dela se esperava: aproximar áreas produtoras e consumidoras do país e permitir o escoamento da produção brasileira, sobretudo a de grãos, pelos portos do Centro-Oeste, mais modernos e com menor custo operacional.
- 22 De acordo com os dados apresentados no texto, cerca de 1,3% dos municípios brasileiros é responsável por metade dos bens e serviços produzidos pelo país.
- 23 Infere-se do texto que as cidades que apresentam os maiores índices de PIB são as mesmas que, sozinhas, concentram a maior parte da população brasileira.
- 24 A industrialização, tal como mencionado no texto, amplia consideravelmente o potencial econômico dos municípios, entre outras razões, por se tratar de uma atividade que, além de seu próprio peso, agrega inúmeros outros serviços em torno de si.
- 25 Consultorias, instituições financeiras, empresas de segurança e fornecedores de maneira geral são exemplos expressivos e conhecidos de atividades econômicas que costumam fixar-se em áreas onde as fábricas se instalam.
- 26 A partir das informações contidas no texto, é correto afirmar que Manaus, localizada praticamente no coração da floresta amazônica, certamente tem um PIB bastante inferior aos dos centros urbanos industrializados do Centro-Sul do país.
- 27 A ‘desconcentração concentrada’ a que se refere o texto demonstra que a assimetria continua marcando a trajetória do Brasil. As cidades do interior que ingressaram no grupo das mais ricas, citadas no texto, estão localizadas no Sudeste do país, a reiterar as diferenças com outras regiões, como o Norte e o Nordeste.
- 28 Entre as conclusões possíveis que a leitura do texto propicia, uma salta aos olhos: em face da dimensão continental do país, quanto maior o número de municípios existentes no Brasil, maiores as possibilidades de se obter um desenvolvimento equânime, racional e nacionalmente bem distribuído.
- 29 Tendo um baixo índice de urbanização, com uma população majoritariamente rural, o Brasil ainda deverá levar anos para ter a solidez industrial que lhe permita situar-se entre as vinte economias mais poderosas do planeta.
- 30 De maneira geral, a frágil estrutura ferroviária e o sofrível estado de conservação das rodovias brasileiras são considerados entraves ao maior dinamismo da economia nacional, pois dificultam o transporte e majoram o preço final das mercadorias.

Considere a proposição: Se meu cliente fosse culpado, então a arma do crime estaria no carro. Simbolizando por P o trecho meu cliente fosse culpado e simbolizando por Q o trecho a arma estaria no carro, obtém-se uma proposição implicativa, ou simplesmente uma implicação, que é lida: Se P então Q, e simbolizada por $P \rightarrow Q$. Uma tautologia é uma proposição que é sempre V (verdadeira). Uma proposição que tenha a forma $P \rightarrow Q$ é V sempre que P for F (falsa) e sempre que P e Q forem V. Com base nessas informações e na simbolização sugerida, julgue os itens subseqüentes.

- 31 A proposição “Se meu cliente fosse culpado, então a arma do crime estaria no carro. Portanto, ou meu cliente não é culpado ou a arma do crime estaria no carro.” não é uma tautologia.
- 32 A proposição “Se meu cliente fosse culpado, então a arma do crime estaria no carro. Portanto, se a arma do crime não estava no carro, então meu cliente não é culpado.” é uma tautologia.



O diagrama apresentado acima é percorrido de cima para baixo, seguindo-se as setas. As instruções escritas nos retângulos são atribuições, ou seja, o valor calculado na expressão à direita é atribuído à variável da esquerda do símbolo :=. A instrução escrita no losango é uma condição para se prosseguir na direção da seta V (verdadeiro) ou da seta F (falso). Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 33 Se $X = 1$, então o valor de Z será igual a 3.
- 34 Se $X = \sqrt{5}$, então $Z = 6\sqrt{5}$.

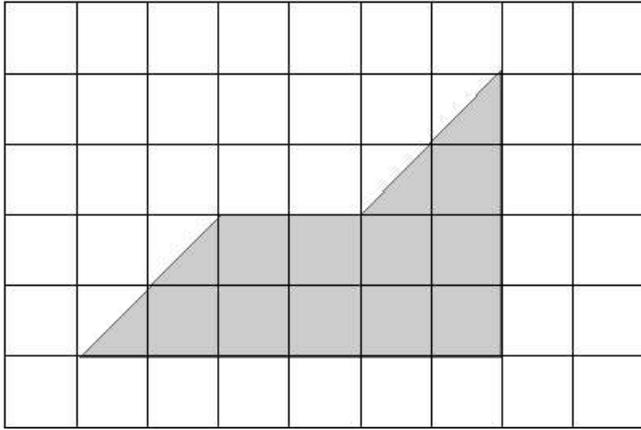
Julgue os itens que se seguem.

- 35 Considere que o gerente de um laboratório de computação vai cadastrar os usuários com senhas de 6 caracteres formadas pelas letras U, V e W e os números 5, 6 e 7. É permitida uma única duplicidade de caractere, se o usuário desejar, caso contrário, todos os caracteres têm de ser distintos. Nessa situação, o número máximo de senhas que o gerente consegue cadastrar é 2.880.
- 36 O número de cadeias binárias (que só contêm 0 e 1) de 8 dígitos, e que tenham exatamente 3 zeros, é superior a 50.

Uma moeda é jogada para o alto 10 vezes. Em cada jogada, pode ocorrer 1 (cara) ou 0 (coroa) e as ocorrências são registradas em uma seqüência de dez dígitos, como, por exemplo, 0110011010. Considerando essas informações, julgue os próximos itens.

- 37 O número de seqüências nas quais é obtida pelo menos uma cara é inferior a 512.
- 38 A probabilidade de serem obtidas seqüências nas quais ocorra coroa nas primeiras 3 jogadas é inferior a $\frac{1}{4}$.

RASCUNHO



Considere que a malha quadriculada acima é formada de células quadradas de lados medindo 0,5 cm. O desenho hachurado corresponde ao projeto de uma bancada de alvenaria, na proporção de 1 cm para 80 cm no modelo original. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 39 O perímetro da bancada é superior a 7 m.
 40 A área da superfície da bancada é superior a 2 m².

Uma vez que o comportamento real dos seres humanos é afetado por considerações éticas, e influenciar a conduta humana é um aspecto central da ética, deve-se admitir que as concepções de bem-estar têm algum impacto sobre o comportamento real e, em consequência, devem ser importantes para a ética da logística moderna.

Amartya Sen. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Schwarcz Ltda., 2002 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando a ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

- 41 A função pública é considerada exercício profissional. Portanto, a vida particular do servidor público e os atos observados em sua conduta do dia-a-dia não devem ser objetos de avaliação do conceito de sua vida funcional.
 42 O exercício de cargo público deve ser pautado na verdade dos fatos. O servidor público não deve omitir a verdade, a menos que ela seja contrária a interesses da administração pública.
 43 O trabalho executado por servidor público junto à comunidade é entendido como parte integrante de seu próprio bem-estar, visto que, como cidadão, o servidor que apresenta conduta ética terá o êxito do seu trabalho convertido em bem-estar da sociedade da qual faz parte.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca do trabalho em equipe e do comportamento profissional, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 44 Pedro, analista judiciário de um tribunal do trabalho, está em exercício há 5 anos. Recentemente, Pedro foi convidado a assumir a gerência de seu setor devido a sua competência técnica e interpessoal. Em situações de conflito, Pedro busca identificar o problema e resolvê-lo por meio de discussão aberta, evitando o enfrentamento dos envolvidos, minimizando as diferenças entre as partes conflitantes, enfatizando os interesses comuns e propondo, quando necessário, a participação em treinamento de relações humanas. Nessa situação, é correto afirmar que Pedro é habilidoso na administração de conflitos interpessoais.

- 45 Ricardo, servidor público, tem entre suas atribuições a responsabilidade de fazer contatos internos e externos, ascendentes e descendentes. Nas comunicações ascendentes, Ricardo utiliza a filtragem de informações. Nessa situação, é correto afirmar que, fazendo uso dessa barreira à comunicação, Ricardo está praticando um recurso de redução de tensão ou de ansiedade para o receptor.
 46 Ênio, gestor de qualidade de uma organização pública, tem empatia com seus colaboradores no trabalho. Nessa situação, Ênio é capaz de escutar ativamente, reconhecer as opiniões e influenciar o comportamento de seus colaboradores.
 47 Bruno, administrador público, interage com os demais colaboradores de seu setor basicamente para compartilhar informações e tomar decisões que ajudem cada pessoa no seu desempenho funcional, no campo definido como de responsabilidade individual. Nessa situação, essa coletividade funcional com a qual Bruno interage é denominada equipe de trabalho.
 48 Cleide, servidora pública, é lotada há 3 anos no mesmo setor e tem atitude favorável em relação ao seu trabalho. Nessa situação, é correto afirmar que a atitude de Cleide é resultado do julgamento positivo de seu trabalho com relação aos componentes cognitivo, afetivo e comportamental.
 49 Vítor, diretor administrativo de uma empresa pública, tem 3 gerências sob seu comando direto. Vítor adota uma conduta de congruência entre seus objetivos e os dos gerentes, exercendo uma influência descendente sobre eles. Vítor incentiva seus gerentes a ter relação de independência em relação às decisões setoriais. Nessa situação, a conduta de Vítor, perante os gerentes, caracteriza uma relação de poder.
 50 Alexandre, gerente de atendimento de um órgão do Poder Judiciário, pauta sua gestão nos princípios de confiabilidade e fidedignidade da informação, atenção e cortesia nas relações interpessoais, discrição e objetividade no tratamento das necessidades dos clientes e rapidez no atendimento. Nessa situação, é correto afirmar que os princípios que norteiam a conduta de Alexandre, como gestor, conferem eficiência e eficácia no atendimento ao público.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considere que, após observado o procedimento estabelecido na Constituição Federal, tenha sido criado, em maio de 2005, um novo estado da Federação, denominado Maranhão do Sul.

Considerando a situação hipotética descrita e tendo em vista as disposições da Constituição Federal atualmente vigentes, julgue os itens seguintes.

- 51 No primeiro grau, tendo sido instituída ou não vara da justiça do trabalho, a jurisdição trabalhista no estado do Maranhão do Sul será exercida por um juiz singular e não por um órgão colegiado.
- 52 O TRT do estado do Maranhão do Sul deverá instalar a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
- 53 De todas as decisões proferidas pelos juízes de direito do estado do Maranhão do Sul, nas comarcas em que não forem instituídas varas da justiça do trabalho, caberá recurso ao TRT daquele estado.
- 54 A supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da justiça do trabalho de primeiro e segundo graus, no estado do Maranhão do Sul, será exercida — na forma da lei ou, enquanto esta não for promulgada, de resolução do TST — pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, quando este for instalado.
- 55 O TRT e as varas da justiça do trabalho do estado do Maranhão do Sul deverão, obrigatoriamente, constituir câmaras regionais para, assim, funcionar descentralizadamente e assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- 56 Deverá ser instalado, no novo estado do Maranhão do Sul, de acordo com a Constituição Federal (CF), pelo menos um tribunal regional do trabalho (TRT) composto de, no mínimo, sete juízes togados e vitalícios, recrutados, quando possível, na respectiva região.
- 57 Nas comarcas do estado do Maranhão do Sul em que não forem criadas varas da justiça do trabalho ou nas que não forem abrangidas pela jurisdição das varas eventualmente criadas, a lei poderá atribuir a jurisdição trabalhista aos juízes de direito.
- 58 Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) serão escolhidos entre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, nomeados pelo presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, observados os critérios constitucionais.
- 59 O Maranhão do Sul deverá ter um representante, togado e vitalício, no TST, escolhido entre os juízes integrantes do TRT do recém-criado estado.
- 60 Os juízes do TRT do estado do Maranhão do Sul deverão ser nomeados pelo presidente da República, escolhidos mediante listas tríplexes elaboradas pelos ministros togados e vitalícios do TST, observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

Com relação à competência da justiça do trabalho, estabelecida na Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

- 61 O processamento e o julgamento das ações em que se pleiteia indenização por dano patrimonial ou moral decorrente da relação de trabalho não são da competência da justiça do trabalho.
- 62 A lei pode especificar outras competências da justiça do trabalho, desde que envolvam controvérsias decorrentes da relação de trabalho.
- 63 É competência da justiça do trabalho processar e julgar uma ação oriunda da relação de trabalho prestado em território brasileiro, proposta por um empregado brasileiro contra uma pessoa jurídica de direito público externo.
- 64 Compete à justiça do trabalho decidir conflito decorrente do ajuizamento de dissídio coletivo pelo Ministério Público do Trabalho, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público.
- 65 Não é competência da justiça do trabalho julgar mandados de injunção nem *habeas corpus*, ainda que o ato questionado envolva matéria sujeita à jurisdição trabalhista.

Tendo sido nomeado e tomado posse, no mês de março de 2005, em um cargo público efetivo do quadro de pessoal de determinado TRT, João da Silva somente compareceu ao local de trabalho para o efetivo desempenho das atribuições do cargo no qual foi empossado 30 dias após a sua posse.

Considerando a situação hipotética descrita e as disposições atualmente vigentes da Lei n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), julgue os itens subseqüentes.

- 66 Para estar de acordo com a lei, a posse de João da Silva deve ter se dado pela assinatura do respectivo termo, no qual devem constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, devendo a posse ter ocorrido no prazo máximo de 15 dias contados da publicação do ato de provimento.
- 67 João da Silva não foi legalmente investido em cargo público por não ter entrado em exercício, visto não ter comparecido para o efetivo desempenho das atribuições do cargo público no qual foi empossado, no prazo de 15 dias fixado na lei, contados da data da posse.
- 68 A lei mencionada aplica-se à situação de João da Silva, ressalvadas algumas questões específicas estabelecidas pela legislação estadual e por normativos internos do TRT em questão.
- 69 O cargo público no qual João da Silva foi empossado é um conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional do TRT que devem ser cometidas a um servidor.
- 70 Se João da Silva tiver sido nomeado para cargo público efetivo de forma válida, conclui-se que foram observados para a nomeação os seguintes requisitos, entre outros: nacionalidade brasileira, idade mínima de 18 anos, prévia habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e prévia inspeção médica oficial.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca das normas gerais e especiais de tutela do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 71 Em razão de dificuldades financeiras vividas, Maria solicitou a seu empregador que adquirisse suas férias, comprometendo-se a trabalhar com extrema dedicação no período previsto para a respectiva fruição, inclusive cumprindo horas extras, se fosse necessário. Após consultar seu advogado, o empregador recusou a proposta de Maria. Nessa situação, agiu com acerto o empregador, pois o direito às férias, na situação, não poderia ser por ela negociado.
- 72 Paulo prestava serviços a um supermercado, na função de repositor de estoques. No curso do contrato, sofreu um acidente de trânsito, tornando-se paraplégico. Nessa situação, por força de lei, a jornada de trabalho de Paulo terá o limite máximo de 6 horas diárias e 36 horas semanais.
- 73 Depois de cinco anos de trabalho, Jonas resolveu aderir à proposta de seu empregador, resultante de previsão constante de norma coletiva de trabalho, deixando de cumprir 44 horas semanais e passando a observar a jornada de 22 horas semanais, em regime parcial de trabalho. Seu salário, porém, foi reduzido à metade, na forma prevista na norma coletiva, causando-lhe grande desconforto. Nessa situação, a alteração contratual promovida será nula de pleno direito, em razão dos prejuízos causados a Jonas.

Quando às normas gerais e especiais de tutela do trabalho, julgue o item abaixo.

- 74 Excepcionados os empregados que ocupam cargos de direção, gerência, chefia e equivalentes, e ainda aqueles que exercem atividades estranhas aos serviços tipicamente bancários (portaria e limpeza, contínuos e serventes), a jornada de trabalho dos empregados bancários é de 6 horas diárias e 36 semanais.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética acerca do contrato individual de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 75 Pedro celebrou contrato de experiência por 60 dias com uma empresa de construção civil, findos os quais lhe foi proposta, e aceita, a prorrogação desse período por mais 30 dias. Nessa situação, atingido o termo final previsto e optando a empresa pela rescisão do contrato, não será devido o pagamento do aviso prévio.
- 76 Depois de permanecer desempregada por longo período, Márcia resolveu aderir a uma cooperativa de mão-de-obra que operava no setor de asseio e conservação. Preenchidas as formalidades legais, Márcia recebeu amplas instruções sobre o sistema de cooperativismo praticado. Em seguida, foi designada para atuar em uma determinada instituição pública federal, prestando serviços pessoais, onerosos e subordinados, em um período que perdurou por mais de dois anos. Nessa situação, não houve relação de emprego entre as partes.

A propósito da negociação coletiva de trabalho, julgue os itens seguintes.

- 77 Considere a seguinte situação hipotética.

Por meio de negociação coletiva, foi instituída a Comissão de Conciliação Prévia (CCP) no âmbito da categoria dos trabalhadores no comércio varejista da cidade de São Luís – MA. Após eleito para integrar a referida comissão, cujas sessões eram realizadas em dois dias por semana, Mário comunicou o fato a seu empregador, deixando de comparecer ao trabalho também nos dias em que não havia sessões naquela CCP.

Nessa situação, se a licença remunerada do trabalhador eleito para a referida comissão estiver prevista na norma coletiva de trabalho, nenhuma sanção poderá ser imposta a Mário por seu empregador.

- 78 Os acordos e as convenções coletivas de trabalho devem ser celebrados preferencialmente pelas confederações de trabalhadores e empregadores, ressalvando-se a possibilidade de delegação sucessiva às respectivas federações e sindicatos.

Em cada um dos itens que se sucedem, é apresentada uma situação hipotética acerca do direito a férias e do FGTS, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 79 Um ano depois de ter sido contratada, Flávia recebeu a notícia de seu empregador de que suas férias teriam a duração de 26 dias, em razão de 4 ausências injustificadas ao trabalho ao longo do ano anterior. Nessa situação, incorre em equívoco o empregador, pois as férias deverão ser concedidas integralmente.

- 80 Aprovada em concurso público promovido pelo TRT da 10.^a Região, Regina demitiu-se do emprego que mantinha em determinada empresa pública federal. Nessa situação, considerado o motivo da rescisão de seu contrato, Regina fará jus à percepção da indenização de 40% dos depósitos efetuados em sua conta vinculada do FGTS.

Julgue os itens seguintes, referentes ao direito processual do trabalho.

- 81 Na justiça do trabalho, segundo a previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, as reclamações podem ser feitas de forma escrita ou verbal.

- 82 Nas ações vinculadas ao denominado procedimento sumaríssimo, o valor correspondente a cada um dos pedidos deduzidos deve figurar na petição inicial, não podendo a soma de todos eles suplantar o limite de 40 salários mínimos.

- 83 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinada empresa foi judicialmente notificada a comparecer à audiência que seria realizada em ação trabalhista ajuizada por uma de suas ex-empregadas.

Nessa situação, a empresa poderá apresentar a defesa escrita antes da data designada para a audiência, mediante protocolo perante a secretaria da vara correspondente, ou na própria audiência, sob pena de ser declarada revel e confessa quanto aos fatos.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética acerca dos recursos admissíveis no processo do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 84 Inconformada com o valor que lhe estava sendo cobrado em determinada execução trabalhista, uma empresa ofereceu embargos, apontando a existência de erros nos cálculos. Nessa situação, contra a sentença que vier a ser proferida, será admissível o recurso de agravo de instrumento.
- 85 Ao julgar o recurso ordinário apresentado contra a sentença proferida em reclamação trabalhista, o TRT incorreu em afronta direta e literal ao texto de determinada lei federal. Nessa situação, será admissível o recurso de revista ao TST, no prazo de 8 dias contados da data da publicação do acórdão.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética acerca das convenções e dos acordos coletivos de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 86 Em razão da elevada taxa de juros praticada no mercado financeiro brasileiro e da acirrada concorrência gerada pela abertura do mercado nacional aos produtores estrangeiros, o setor de indústria têxtil brasileiro passou por sérias dificuldades. Diante dessa realidade, uma determinada empresa celebrou acordo com o sindicato profissional, reduzindo os salários de seus empregados em 50%, por seis meses, como forma de evitar demissões em massa. Inconformados, alguns trabalhadores buscaram a justiça do trabalho, defendendo a ilegalidade do procedimento. Nessa situação, os pedidos deduzidos nas ações judiciais devem ser indeferidos, pois não há qualquer ilegalidade na redução salarial ajustada em norma coletiva de trabalho.
- 87 Raul e diversos trabalhadores desligaram-se do sindicato representativo de sua categoria profissional, por discordarem da forma radical e pouco democrática como foram conduzidas as assembléias destinadas à aprovação da pauta de reivindicações a ser apresentada à categoria econômica. Nessa situação, por força do princípio constitucional da liberdade de filiação, as regras da futura norma coletiva a ser pactuada não serão aplicadas ao contrato de trabalho de Raul.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética a respeito de execução trabalhista, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 88 Após garantida a execução, com o depósito da quantia exequenda, o devedor opôs embargos, aduzindo que não foi observada a prescrição. Rejeitados os embargos, pois silente o título executivo judicial a esse respeito, o devedor interpôs recurso ao tribunal do trabalho competente. Nesse situação, havendo possibilidade de arguição da prescrição em embargos à execução, é correto afirmar que a sentença monocrática deverá ser retificada.
- 89 Recebendo os autos da contadoria, o magistrado proferiu, de imediato, a sentença homologatória dos cálculos, sem ouvir previamente as partes litigantes. Nessa situação, se forem opostos embargos à penhora e impugnação aos cálculos pelos litigantes, com fundamento em violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, deve o magistrado rejeitar os questionamentos deduzidos, porquanto o procedimento adotado não encerra afronta a qualquer preceito legal ou constitucional.

90 Depois de transitada em julgado a sentença, o juiz do trabalho determinou o envio dos autos à contadoria, homologando, em seguida, os cálculos apresentados e ordenando a citação do devedor. Inconformado, o devedor opôs embargos, sustentando a ofensa ao princípio dispositivo, pois o julgador agira até então sem qualquer provocação do credor interessado. Nessa situação, os embargos serão julgados improcedentes, pois é aplicável na justiça do trabalho o princípio do impulso oficial nas execuções.

91 Após apreciados os embargos à execução opostos, com o esgotamento da fase de quantificação da obrigação exequenda, o juízo condutor da execução ordenou que os cálculos fossem acrescidos do valor atinente às custas, resultantes dos atos praticados em sede de execução. Nessa situação, agiu com equívoco o magistrado, pois o valor das custas na justiça do trabalho é fixado na etapa de conhecimento, apenas sendo calculado por uma oportunidade.

92 O juízo de uma das varas do trabalho da cidade de São Luís – MA recebeu, mediante distribuição regular, ação de execução decorrente do descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado perante o Ministério Público do Trabalho. Analisando o teor daquele título executivo, observou o magistrado que a transação anômala firmada perante o órgão ministerial teve como causa a apuração, em inquérito civil, da prática de atos lesivos a direitos e interesses coletivos e difusos, ligados ao meio ambiente do trabalho. Nessa situação, deverá o magistrado declinar da competência ao juízo estadual, em razão de não deter competência para o exame da questão que conduziu à celebração daquele TAC.

93 Ao realizar diligência destinada à penhora de bens do devedor, regularmente citado, observou o oficial de justiça que, entre as parcelas executadas, figuravam créditos devidos ao INSS. Comparecendo à sede da empresa devedora, foi alertado pelo advogado ali presente de que a penhora não poderia alcançar o débito previdenciário, o qual já era objeto de parcelamento regular junto à autarquia previdenciária. Nessa situação, deve o oficial limitar-se a efetivar a penhora de bens cujo valor corresponda aos demais créditos constantes do mandado, sob pena de se configurar excesso de execução.

Julgue os itens seguintes, relativos a recursos na justiça do trabalho.

94 Se o requerimento de substituição do bem penhorado, deduzido pelo devedor antes de apreciados os embargos à execução por ele opostos, for indeferido pelo juiz, nenhum recurso será cabível contra a decisão judicial interlocutória referida.

95 Considere que, na condição de terceiro, uma determinada empresa tenha oposto embargos, com o objetivo de desconstituir a penhora de bens seus, formalizada em execução movida contra outra pessoa jurídica. Nessa hipótese, confirmada a apreensão nos julgamentos proferidos em primeira e segunda instâncias da justiça do trabalho, o recurso ao TST será admitido apenas por ofensa direta e literal à Constituição da República.

Segundo a Lei n.º 8.009/1990, julgue os itens que seguem, quanto às regras da impenhorabilidade do bem de família.

- 96 Considere que uma pessoa, sabendo-se insolvente, adquira, de má-fé, imóvel mais valioso e transfira a residência familiar para esse imóvel, desfazendo-se da anterior. Nessa situação, a impenhorabilidade será transferida para a nova residência, por não haver outra utilizada para esse fim.
- 97 Se determinada família reside em imóvel locado, ela não possui bem de família; portanto, nenhum de seus bens poderá ser considerado impenhorável por ser bem de família.
- 98 Não é oponente em processo de execução trabalhista a impenhorabilidade do bem de família quando os créditos decorrerem de dívidas trabalhistas e contribuições previdenciárias de trabalhadores da própria residência.

Dois vizinhos disputavam a posse de determinada área. Em decorrência de fundado receio de danificações que poderiam ocorrer no bem, uma das partes requereu a transferência do bem em litígio para outrem, para evitar prejuízos futuros.

Diante da situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens.

- 99 Nessa situação, cabe ao juiz determinar arresto do bem, podendo nomear como depositário uma pessoa indicada pelas partes ou por uma das partes, desde que preste caução.
- 100 Se houver resistência à transferência do bem, o depositário pode requerer ao juiz a busca e apreensão. Nesse caso, a busca deve ser realizada por dois oficiais de justiça que serão acompanhados de duas testemunhas. Se ainda assim não for possível a transferência, caberá ao depositário requerer do juiz força policial.

Com relação à incumbência dos oficiais de justiça, julgue os itens seguintes.

- 101 Não é responsabilidade do oficial de justiça a guarda de autos de processos.
- 102 Compete ao oficial de justiça redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e demais atos que pertençam a seu ofício.
- 103 Sempre que possível, a diligência deve ser realizada na presença de duas testemunhas.
- 104 Compete ao oficial de justiça coadjuvar o juiz na manutenção da ordem, mesmo que na audiência essa competência seja do juiz.

Acerca da substituição das partes, julgue o item que se segue.

- 105 O advogado pode renunciar ao mandato a qualquer tempo, porém, deve fazer prova de cientificação ao mandante, continuando, se necessário, a representá-lo nos dez dias subsequentes.

João, funcionário público, teve sua honra objetiva ofendida por Cláudio, que o difamou, atribuindo-lhe fato ofensivo à sua reputação, em razão do exercício do cargo.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 106 Em sede de ação penal, se houver cabal retratação de Cláudio antes da sentença, ficará extinta a sua punibilidade.
- 107 De acordo com o Código Penal, a pessoa jurídica pode ser sujeito passivo do crime de difamação.

108 João deverá contratar advogado e outorgar-lhe poderes especiais para processar Cláudio, por meio de ação penal privada, ou representar ao Ministério Público para que este dê início a ação penal pública condicionada à representação em relação a Cláudio.

109 Caso seja iniciada ação penal de João contra Cláudio, esta deverá ser trancada, se não restar demonstrado o dolo específico de difamar.

Julgue os itens a seguir, relativos aos crimes contra a administração pública.

110 As chamadas prisões para averiguações realizadas por policiais caracterizam o crime de abuso de autoridade, quando não for caso de prisão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária.

111 Para o sistema causal-naturalista de Liszt-Beling, a parte externa do delito, ou seja, o injusto penal, era objetivo, sendo que na sua parte interna — a culpabilidade — é que deviam ser aferidos os elementos subjetivos do agente, ou seja, dolo e culpa.

112 Os diplomados por qualquer das faculdades superiores da República são beneficiários da prisão especial, que consiste exclusivamente no recolhimento em cela distinta da prisão comum, não podendo o preso especial ser transportado juntamente com o preso comum. Tal benefício perdurará enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória. Após esta, o condenado não será recolhido ao estabelecimento penal comum.

113 Compete ao TRT julgar *habeas corpus* quando o coator for juiz do trabalho.

114 Quando o desvio de verba pública se verifica em favor do próprio ente público, com utilização diversa da prevista na sua destinação, em desacordo com as denominações legais, o que ocorre é o delito de peculato culposos.

115 Sujeito passivo do crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, tipificado no Código Penal, é o Estado e, eventualmente, o particular proprietário do documento confiado à administração pública.

116 Se um médico credenciado pelo INSS solicitasse importância em dinheiro, por fora, sem imposição, para realizar cirurgia em beneficiária de uma autarquia, haveria a prática do crime de concussão.

117 Se o chefe de uma repartição pública, por indulgência, demorasse a tomar providências contra subordinado que cometesse infração penal no exercício do cargo, o referido chefe praticaria o crime de advocacia administrativa.

118 Estudantes de direito, atuando como estagiários na defensoria pública, mesmo sem designação regular da Procuradoria-Geral da Justiça, podem ser considerados funcionários públicos, na definição ampla dada pelo Código Penal.

119 O servidor que, depois de empossado, não chega a exercer, por vontade própria, o cargo para o qual foi nomeado, abandonando a função pública, com prejuízo para a administração, incide nas disposições contidas no Código Penal tipificadoras do crime de abandono de função.

120 Agente público que reprime a prática religiosa que, pelo exagero dos gritos e depreciações no interior do templo, perturbe o repouso e o bem-estar da coletividade, afronta a liberdade de culto e com isso pratica crime de abuso de autoridade.